

Narrativas, rostos e manifestações do pós-colonialismo moçambicano nos romances de João Paulo Borges Coelho

Sheila Kahn

Recebido 18 fev. 2008 / Aprovado 03 abr. 2008

Resumo

*O pós-colonialismo de expressão em língua portuguesa tem sido assumido como elemento hegemónico, no pensamento e diálogo entre as várias ex-colónias portuguesas em África. Contudo, no meu entender, é urgente retomar epistemologicamente a questão pós-colonial, equacionando-a, de um modo contextualizado, aos loci culturais, idiossincráticos, históricos e sociais do objecto de trabalho. No presente artigo, pretendo desafiar a anterior hegemonia, ao propor que existe, indubitavelmente, um pós-colonialismo moçambicano, ainda que de língua portuguesa. Este esforço de romper muros, de compilar e analisar narrativas, memórias e manifestações de um caminhar pós-colonial moçambicano pode ser comprovado com os romances de João Paulo Borges Coelho, nomeadamente, *As visitas do Dr Valdez*, *Crónica da Rua 513.2* e, mais recentemente, com *Campo de trânsito*. Resta-nos, então, partindo de uma leitura e análise contextualizadas, reflectir sobre que trilhos, margens, memórias e rostos emergiram de um Moçambique que caminhou ao encontro da sua nação, tão como sonhada e almejada pelo poeta José Craveirinha.*

Palavras-chave: *Memória. Narrativa. Pós-colonialismos. História e ficção.*

“Tu lias e não me deixavas aprender a ler também.
 Eu, pelo meu lado só os podia saber da tua boca, traduzidos, simplificados.
 Não tinha acesso a eles tal como eram fabricados,
 o mais a que podia aspirar era à tua versão.
 Ah, mas agora não! Agora é tarde.
 [...] Não quero a tua condição.
 Quero antes preservar a minha quero-a também para ti, nesta nova igualdade.”
 (João Paulo B. Coelho, 2006, p. 51)

“A literatura liberta mas prende, também,
 as palavras pesam muito.”
 (João Paulo Borges Coelho)

“Mergulho no sangue e no perfume dos navios
 Há uma frase que ondula como a cabeleira do vento
 e um frémito de fibras sob uma porta enterrada
 E as palavras têm dentes que atravessam os ossos.”
 (António Ramos Rosa)

1. João Paulo Borges Coelho, seus romances e pontos de vista

Escrever e pensar os romances de João Paulo Borges Coelho – doravante JPBC – é, confesso, uma ambição desta leitora embevecida pela sua invenção literária.¹ Para a realização deste artigo optei por palmilhar o caminho da subjectividade do homem-escritor, procurando discernir as suas reflexões de teor filosófico, humano, epistemológico e ontológico, sem nunca esquecer o seu lugar de enunciação – Moçambique – e a sua voz própria. Por conseguinte, inicio esta digressão analítica dos romances de JPBC, partindo de uma entrevista-texto,² e de algumas contribuições teóricas que me ajudaram a ler, de modo mais lúcido e transparente, *As visitas do Dr. Valdez* (2004), *Crónica da Rua 513.2* (2006) e, finalmente, *Campo de trânsito* (2007).

Partindo da espontaneidade – ainda que parcialmente estruturada – de uma conversa entre mim e JPBC, emergiram, durante nosso diálogo, questões que permeiam sua prática literária e refletem as preocupações deste escritor e historiador. Dessas questões ressaltam, sem discrição, reflexões sobre o individualismo em confronto com o colectivo moçambicano; a hegemonia da História como paradigma soberano com legitimidade para criar, compilar, estruturar e interpretar as identidades quer no plano nacional, no social, e mesmo no das subjectividades; o papel da memória como acção performativa capaz de reclamar e reinventar – no espaço da narrativa ficcional – as margens, os silêncios, o *modus vivendi* daqueles moçambicanos e moçambicanas que viveram os ciclos da História colonial e pós-colonial do país e, finalmente, o problema de uma modernidade africana, que reflecta, na opinião de João Paulo Borges Coelho, que transcrevo, em palavras literais:

[A] questão da individualidade, que é uma questão muito importante, porque eu acho que há uma certa modernidade

¹ Como observa JPBC: “eu acredito muito na distinção que o Steiner faz da invenção e da criação; e, nessa história do escritor como um deus falhado, como um criador que faz figuras, que gostaria de criar figuras, e tem de se limitar a inventá-las” (KHAN, 2007, p. 2).

² Entrevista realizada e conduzida pela autora deste trabalho, no dia 19 de Julho, 2007, em Sines, Portugal

em África que está por fazer. E ela passa por uma discussão profunda do papel do indivíduo africano, porque já falámos demasiado do colectivo, do passado, de origens. É altura de falarmos de presentes, de condições, e de indivíduos, no sentido de desdramatizar aquilo que se fala em todo o mundo: da África-museu, da África-passado, em que cada africano anda com uma estrutura de ligações genealógicas atrás. Isso é completamente absurdo. (KHAN, 2007, p. 1)

Na tessitura da composição das realidades fenomenológica e ontológica dos seus personagens, projeta-se a preocupação do escritor em plasmar uma subjectividade própria, que não se deixa dominar ou comandar pela arquitectura histórica do seu próprio lugar de enunciação e de um certo modo de pensar o exercício literário. De facto, é neste sentido que a subjectividade na escrita dos romances de JPBC reflecte as palavras da sua “voz própria” como homem-escritor e cidadão, já que como ele afirma

eu vou escrever, eu vou falar com a minha própria voz, [...] motivações que têm a ver, também, com o facto pessoal de eu ter chegado à conclusão que não me exprimia só pela História. [...], pessoalmente, eu convenço-me que uma parte emocional e estética tem de funcionar sem ser domada, há uma parte irracional, até, que tem de funcionar sem ser domada. (KHAN, 2007, p. 1)

Compartilhando dessa percepção sobre o papel da subjectividade como húmus necessário para a disciplina literária, José Júnior salienta que

a verdade não é única e o sujeito está sempre submetido pela linguagem, qualquer que seja o discurso que essa mesma linguagem venha a articular. Além disso, a ficcionalidade concede ao discurso uma liberdade selvagem e ameaçadora a todo o sistema de sentido que zela por sua própria “verdade”. (SOUSA JÚNIOR, 2000, p. 29)

É neste caminho de coincidências teóricas sobre como a literatura abre, através de uma liberdade íntima, espaço para novos sentidos, que Marta Prágana Dantas sublinha que a vocação literária é um meio de se “deslocar os regimes de sentido” (DANTAS, 2000, p. 3), ao desafiar os silêncios e murmúrios das normas sociais, mas, acima de tudo, da hegemonia da narrativa histórica proposta por uma meta-narrativa da História nacional de um país.

Por conseguinte, nesta caminhada perpassada pelo desejo literário de libertação da subjectividade, surge o gesto urgente de desafiar a narrativa do colectivo histórico colocando-a em tensão com um individualismo histórico. O *locus* de invenção dos romances de JPBC se reflete no acto de esculpir a realidade histórica de um país com as suas águas subterrâneas, com as vidas e trajectórias daqueles indivíduos, que deixaram sombras,

ecos, transições, humanamente, escritas na paisagem dos ciclos colonial e pós-colonial de Moçambique. No entanto, tal *locus* vai além, pois, no entender de João Paulo Borges Coelho, “são motivações universais” já que – transcrevendo sua fala – ele reitera:

não estou aqui a fazer um esforço, para fazer uma literatura que – como alguns colegas – represente Moçambique, a nossa literatura, a literatura do nosso povo, não é nada disso, é muito mais desdramatizada, é a minha literatura privada. (KHAN, 2007, p. 2)

No fundo, o escritor quer fazer uma literatura que venha recuperar a presença, os cheiros, os hábitos das pessoas que saíram, que foram arrancadas, que fugiram, e/ou foram expulsas. Tenta engravidar estes “*presentes*” com uma forma narrativa que José Júnior nomeia de “narrativa visual e auditiva das sombras e ecos que se sucedem” (SOUSA JÚNIOR, 2000, p. 31), porque, indubitavelmente, os universos humanos presentes e ausentes “deixaram cheiros e sombras lá dentro” (KHAN, 2007, p. 3), entenda-se, dentro do paradigma oficial histórico moçambicano. Neste patamar meta-narrativo, as diegeses de JPBC discutem e desafiam o monopólio do Poder, impondo-lhe a vontade legitimadora de um sujeito protagonista de uma outra história. Deste modo, os universos narrativos em *As visitas do Dr. Valdez* (2004), *Crónica da Rua 513.2* (2006) e *Campo de trânsito* (2007) organizam-se em torno de uma atitude de igualdade e de justiça humana face à premência de lançar âncoras em uma História dos “*calados*”, nomeando-se as margens, os silêncios, as fragilidades de todos aqueles que testemunharam os ciclos, as transições, as mudanças desta nação em construção que é Moçambique.

No decorrer da nossa entrevista, JPBC observou que a memória social e colectiva entrelaça-se a um processo de

estruturação de uma identidade nacional, mas tem, também, outra vertente que é a da legitimação do seu poder, sendo detentora da narrativa, de uma espécie de meta-narrativa da História, que é a luta pela libertação, ela legitima o seu poder, e isso passa por um arrancar de todo o passado [...] de demonizar todo um passado colonial. (KHAN, 2007, p. 3-4)

Esta acção de demonizar o passado colonial, é toda ela protagonizada por personagens que fertilizam a memória social com a sua experiência individual, com as suas percepções e interpretações mais subjectivas do mundo social circundante e em transição. De facto, a transição, quer política, social, económica, cultural, quer humana, nas diegeses de JPBC, assume-se como um elo de contrastes, de sinais que projectam, claramente, a posição epistemológica deste escritor, precisamente no que diz respeito à denúncia de uma tentativa política de estabelecer uma ruptura cronológica, social, mental e política entre os tem-

pos colonial e pós-colonial. Tais cortes resultam de estratégias políticas que, no entender do ficcionista, faz do entendimento do presente algo vulnerável, propondo como que uma visão míope do mosaico histórico moçambicano, nas suas perspectivas diacrónica e sincrónica. Isto se dá porque, segundo João Paulo Borges Coelho, o prefixo pós - ou, por outras palavras, a ruptura com o tempo colonial - relega para segundo plano momentos imprescindíveis para se documentar, de um modo justo e pertinente, a narrativa histórica da nação moçambicana, já que, nesse rasurar, se perde o conteúdo verdadeiro e essencial da memória social, especialmente na geração moçambicana mais jovem. Esta, como se sabe, não viveu a experiência directa e imediata da guerra colonial e, portanto, para ela não faz sentido falar-se de um pós-, mas de um constructo histórico em evolução. Nas palavras do escritor, surge clara a intersecção entre a memória social e o apagamento ou esquecimento, estratégico e político, desse outro tempo colonial, que é premente não esquecer, apagar ou sonegar, mas, bem pelo contrário, respirar. Diz ele:

Para mim, é chocante a ruptura que a independência operou, é um bocado chocante esta postura da tábua rasa. Há aqui um processo que é perverso, e eu não culpo, não se trata de culpar a FRELIMO nisso, trata-se de tentar entender, porque a questão da memória interessa-me do ponto de vista literário, enquanto produtor, do ponto de vista histórico, enquanto historiador. (KHAN, 2007, p. 3)

Nos romances de João Paulo Borges Coelho, existe uma preocupação visível e precisa em desconstruir a memória colectiva e social, proposta pelo Poder como uma meta-narrativa da História, partindo de um princípio ético de que outras memórias existem, e que fazem parte de um cotidiano presente do país. Contudo, ao discutir sobre esta questão polémica da não-memória social relativa a determinados ciclos, ou contextos históricos, JPBC é acutilante ao demonstrar os riscos, os perigos, e os “pontos cegos” (MEDEIROS, 2007) da paisagística mnemónica social da nova geração, e de todos aqueles indivíduos que não tiveram a experiência imediata ou directa da luta de libertação, realçando que:

Portanto, aqui não há cinzentos, isto é tudo um elo de contrastes, o passado colonial não existe, existe nas zonas libertadas, que a FRELIMO traz para dentro. Agora, se nós olharmos de uma outra perspectiva, oitenta por cento ou mais da população moçambicana, em 75, não tinha experiência directa da guerra, a guerra estava confinada às zonas do norte. Há aqui oitenta por cento de moçambicanos que ficaram sem passado, porque o passado não existe. [...] grande parte dos meus alunos já não tem experiência colonial, e pior do que isso, não tem experiência e não tem memória social, no sentido não da memória directa, mas da memória colectiva. (KHAN, 2007, p. 4)

Ao alertarem o leitor para este mar morto de memórias que se apagam, ou que política e estrategicamente são silenciadas, os universos narrativos de JPBC reencaminham a leitura para um espaço aberto, no qual emoções, sentimentos, introspecções dos personagens servem como ponte para realizar aquilo que o escritor tão esmeradamente descreve em *Crónica da Rua 513.2*: “essa louca ponte entre mundos diferentes, entre passado e presente, entre intenção e acção, entre sonho e padecimento até – uma forma sagaz de nos levar a desnudar o verdadeiro sentido das coisas [...]” (COELHO, 2006, p. 15). Passemos, então, a esse “desnudar”, esse “respirar” do sentido não somente das “coisas”, mas do dicionário das narrativas, dos rostos e das manifestações do pós-colonialismo moçambicano nos romances de João Paulo Borges Coelho.

2. Uma narrativa de memórias e reminiscências - Diálogo com *As visitas do Dr. Valdez*

Diz Nélida Pinõn que sem as narrativas, ainda que estas sejam romanceadas ou ficcionalizadas, “talvez, não soubéssemos contar a nossa própria história” (apud VASCONCELOS, 2005, p. 16-18). Ao mergulharmos no romance *As visitas do Dr. Valdez* vem à pele da nossa leitura e dos nossos sentidos toda uma arquitetura cujos pilares se reforçam por uma procura de subjectividades, de vozes próprias e mesmo de um individualismo que não abdica do histórico, pois os contextos sociais, culturais e políticos não têm como ser arrancados da diegese. Neste trajecto literário proposto por João Paulo Borges Coelho, visualiza-se aquilo que ele bem sublinhou, e já aqui citado, ou seja, a necessidade urgente de se criar um espaço aberto para a realização de uma modernidade do Homem africano que ainda está por se fazer. Uma modernidade que esteja disposta a “falar de presentes, de condições, e de indivíduos” (KHAN, 2007, p. 1), e que não afogue estas narrativas subjectivas num todo colectivo histórico e meta-narrativo. Esta reflexão de JPBC aproxima-se de uma outra semelhante proposta pelo historiador José Sobral, quando este último alerta para a gritante existência de uma hegemonia da memória oficial sobre a memória não oficial, já que esta não se alicerça em qualquer tipo de testemunho escrito, estruturando-se tão somente na oralidade partilhada e transmitida entre gerações. Segundo o historiador, o silêncio da História “tradicional”, isto é, da História “calada”³ expressa-se

exclusivamente ou quase pela via oral e, na ausência de registo imperecível, as suas recordações [isto é, as dos indivíduos] acabam por se desvanecer.⁴ [...] o passado de muitos transforma-se em números, importantes, sem dúvida, mas sem as ideias ou sentimentos que o povoaram quando ainda era presente. (SOBRAL, 2007, p. 2)

³ Esta expressão foi inspirada num poema de António Ramos Rosa que, no meu entender, merece ser, aqui, parcialmente, citado, isto pela empática relação que este poema estabelece com os romances de JPBC, que são também eles narrativas dos rostos e manifestações dos homens e mulheres ‘calados’ na Histórica de Moçambique, mas, que nem por isso deixaram de ter a sua marca, a sua presença, ainda que discreta, na vida da nação moçambicana:

“A pátria é a fantasia de pura verdade/
Ela não existe é a consciência viva/
e se tem um corpo é um corpo que se levanta/
como um volume sobre a sua vontade de construir o mundo/
Quem a constrói são os que estão **calados** [sublinhado meu]/
ou que só dizem as palavras essenciais/
São eles os construtores da consciência livre/
e do claro espaço da pátria soberana” (ROSA, 2001, p. 15).

⁴ Veja-se sobre este apagamento da memória, ou, a insuficiência dela, o brilhante ensaio de Irene Pimentel, sob o título “A memória pública da ditadura e da repressão” (PIMENTEL, 2007, p. 3).

Em *As visitas do Dr. Valdez*, João Paulo Borges Coelho partilha com o leitor a vida de três personagens, Sá Caetana – A Senhora Grande –; Sá Amélia – Maméia – e Vicente, o criado destas duas irmãs, deslocando-se dos seus centros vivenciais – a Ilha do Ibo e o Mucojo – para retomarem as suas trajectórias na cidade da Beira, porque os tempos são, agora, outros. Tempos de transição, de uma futura pátria moçambicana que pugna para se libertar do colonialismo português. É curioso que, ao longo da entrevista realizada, JPBC tenha salientado que este seu romance foi um modo de “respirar” e “tentar lidar com essa transição”, de modo a demonstrar que “que se carregava muito do que vem detrás” (KHAN, 2007, p.4). Este romance fala, isso sim, das memórias, introspecções, trajectórias de vida, de narrativas de personagens que têm como base vidas verdadeiras e que desestabilizam o repertório de um colectivo mostrado como passivo e estacionário.

O percurso diegético do romance apresenta-nos duas personagens ancoradas a um passado colonial – Sá Caetana e Sá Amélia – que vêm perfilar-se à sua frente uma nova língua sobre o mundo da vida. Sá Caetana, de personalidade forte e autoritária, ergue, no desconhecido universo da cidade da Beira, uma luta silenciosa contra este presente onde já não existe “o mundo velho” (COELHO, 2004, p. 204), no qual as “hierarquias velhas de muitos anos, que pareciam de pedra e cal” (COELHO, 2004, p. 70), não “passavam afinal de pequenos acasos transitórios dentro dos quais não cabia o menor vislumbre de lealdade ou reconhecimento” (COELHO, 2004, p. 70). Sá Caetana dedica os seus dias a cuidar da saúde frágil de sua irmã, Sá Amélia, cuja existência inexistente é vivida num sobressalto constante e quotidiano de reminiscências do que, em outrora distante, foi um passado guarnecido de memórias lúcidas e palpáveis. Sá Amélia é já uma habitante de um mundo interior em que os tempos se confundem e se esbatem simultaneamente. Facto curioso é que a diegese mostra ao leitor a natureza ambivalente da jovialidade e ternura do jovem criado Vicente. Se, por um lado, a jovialidade de Vicente desafia o “mundo velho” destas duas senhoras, por outro, é através da sua rebeldia que o jovem criado apóia Sá Caetana, na intenção que ambos têm de trazer do passado o falecido Dr. Valdez, pois ambos acreditam que Sá Amélia recuperará alguma da sua tranquilidade, porque o passado, explica-nos o narrador omnisciente, “apresenta sempre essa vantagem sobre o presente. Por mais exíguo e infeliz, podemos sempre aclará-lo com a aura que quisermos. E esse desejo é tanto mais intenso quanto pior for o presente em que vivemos” (COELHO, 2004, p. 33).

Numa procura de vestir a pele desta presença humana, Vicente vai reavivando um tempo humano, emocional e subjectivo já pretérito, através da reconstrução física e psicológica deste mesmo Valdez, ser que volta do antigamente.

Outrora médico de Sá Amélia, Valdez permite aos três personagens uma viagem, cujo itinerário será realizado como o folhear de um álbum de família. Emerge, deste retorno ao mundo das memórias, um baú repleto de emoções, sentimentos, dúvidas, perguntas em busca de explicações que o tempo ido dos antigos vivos não pôde responder. Apesar do esforço de Vicente, Sá Amélia apercebe-se que já não possui um chão dentro e fora de si, ao intuir que, afinal, Vicente e o Dr. Valdez são a mesma pessoa. Placidamente, reconhece que a narração de si se esgotou, pois calam-se nela as vozes que a guiaram ao longo da sua vida: por um lado, a do corpo físico na sua relação com o mundo dos objectos e, por outro, a dos sentimentos – testemunhos mnemónicos das suas lembranças. No final da narrativa, dois destinos se dão a conhecer. Porquê dois destinos? Sá Amélia morre. Vicente acolhe na sua trajectória feita de experiências passadas e presentes esse novo mundo, que Sá Caetana rejeita, ao optar por tomar “conta do passado” (COELHO, 2004, p. 98), desse passado que a impele a resistir até ao fim. O seu mundo, “esse grande mundo protector” (COELHO, 2004, p. 43), desabou e, no lugar daquele, instalou-se um outro “mais pequeno, feito de fragmentos mal ligados, de pequenos sentidos separados entre si por um grande vazio” (COELHO, 2004, p. 43-44). Para Sá Caetana, o confronto com o seu processo de desterritorialização cultural, identitária e física torna-se inevitável, porque diz ela: “pertencemos ao mundo velho, não temos o vigor do novo” (COELHO, 2004, p. 204). Desta opção de resguardar este “mundo velho” nasce o projecto da partida, porque, assim, pode proteger-se do esquecimento de si. Sá Caetana parte para Portugal, um lugar que a voz do futuro lhe adverte ser vivencialmente estranho, pois, no fim, questiona-se: “será que há cardamomo em Portugal?” (COELHO, 2004, p. 213).

3. Toponímia de uma memória silenciosa – *Crónica da Rua 513.2*

Crónica da Rua 513.2 de João Paulo Borges Coelho, oferece ao leitor uma escrita analítica, íntima e profundamente conhecedora dos meandros subjectivos de um novo mapeamento social, cultural, económico e político que emerge no Moçambique pós-independência. Dessa realidade transportada para a escrita, resulta uma representação literária debruçada sobre a experiência daqueles homens e mulheres que testemunharam a cartografia quer objectiva, quer subjectiva deste novo projecto de construção da nova sociedade moçambicana pós-colonial. Na entrevista, o escritor revela seu pertencimento a esta realidade por ele ficcionada:

Aquela história [refere-se à rua que serve de toponímia da sua narrativa] nasceu na minha rua. É o meu lugar, eles eram os meus vizinhos, muitos deles são vizinhos inventados, mas

não deixam de ser meus vizinhos, também, não é? Há vizinhos reais, pronto, que deram [...] foram o ponto de partida para vizinhos recriados, inventados. E, portanto, aqueles... era tudo a minha gente, gente do outro lado da rua, ou que eu via, ou que eu imaginava. Portanto, aquilo corresponde a um ciclo que é um pouco o ciclo do socialismo [...], e as pessoas viveram aquele ciclo, depois saíram, saíram quando as coisas começaram a mudar [...], elas deixaram cheiros e sombras [...]. (KHAN, 2007, p. 2-3)

Os ciclos de que fala a *Crónica* de JPBC confirma, de uma certa maneira, a reflexão que o escritor tanto quis propor e reivindicar, através, da sua invenção literária, que passa, como asseverou, “por uma discussão profunda do papel do indivíduo africano” (KHAN, 2007, p. 1). Desta discussão, ou do mergulho nas subjectividades dos que “deixaram cheiros e sombras” surge um compósito narrativo, no qual exercita-se, com um ímpar conhecimento, a narrativa histórica e cotidiana de uma rua, de uma toponímia dialogante entre um passado colonial e um presente moçambicanizando-se na sua independência. Esta *Rua 513.2* é a morada conturbada, confusa, enfim, o universo dos personagens que se cruzam no tempo, no espaço: uns oriundos dos mundos da diferença racial, social e cultural, que o regime colonial português semeou nos tempos de uma vicejante imaginação imperial, ancorada à “cultura dos lugares certos” (COELHO, 2006, p. 327) – o Inspector Monteiro, o Doutor Pestana, a Dona Aurora –, e outros, que, abraçando-se à euforia desta nova e jovem liberdade, renunciam à antiga linguagem da discriminação e da anulação do Outro, ao exigir desta nova ordem vivencial a igualdade entre todos – Filimone Tembe, secretário do Partido Frelimo e sua mulher Elisa, os Ferrazes, os Mbeves, os Nhan-tumbos, os Nhanrreluga. A *Rua 513.2* é, também, a narrativa da memória do quotidiano, das angústias, das frustrações, o lugar do não-dito, a voz do

contraponto à memória oficial [...] que traz à superfície outras recordações, diferentes ou mesmo contraditórias com a memória pública [...] [que] complementa e completa as fontes escritas, quando traz o vivido dos actores sociais à representação do passado. (SOBRAL, 2007, p. 1-2)

No fundo, este romance serve como registo sociológico, antropológico e psicológico, para se entender como foi sentida, por muitos, quer portugueses, quer moçambicanos, a determinação de um povo em ser livre, pois “uns perdiam-se de raiva nesses tempos conturbados, como o Inspector Monteiro e os seus sequazes; a outros – de facto a quase todos – foi a alegria da liberdade que os motivou [...]” (SOBRAL, 2007, p. 123). Relembrese, ao longo desta *Crónica*, as quezílias entre passado-colonial e o presente-independente, nas figuras do antigo Inspector da Pide, o Monteiro, e Filimone Tembe, secretário do Partido da

FRELIMO. João Paulo Borges Coelho, esculpe, minuciosamente, uma escrita omnipresente, ao desnudar esta ponte diacrónica - que muitos pretendem esquecer - com o intuito de “desnudar o verdadeiro sentido” (COELHO, 2006, p. 160) da história subjectiva de cada moçambicano e moçambicana, pois “os tempos que correm também não ajudam, cada vez mais a revolução tirando espaço às alegrias de cada um para poder espriar uma alegria só, imensa e colectiva” (COELHO, 2006, p. 145). De facto, ao caminhar em paralelo com a trajectória de vida e de identidade de cada personagem, o escritor-historiador prolonga a textura da narrativa, dirigindo-nos para conteúdos constituídos não só de relevantes observações etnográficas, mas, simultaneamente, de atentos momentos de reflexão sobre o que foi a utopia da Revolução Moçambicana. Enfim, ao compor a sua escrita, com tecidos de universos humanos tão próximos de uma visualização histórica - “a narrativa visual e auditiva das sombras” de que nos fala José Júnior (2000, p. 31) -, e palpável dos tempos do pós-independência, o autor consegue recriar, exumar, e “respirar” o silêncio vegetal a que foi votada esta nação em busca de uma “enganadora luminosidade” (SOUSA JÚNIOR, p. 230). Luminosidade que, novamente, é desconstruída, desafiada e cicatrizada no novo e mais recente romance de João Paulo Borges Coelho, *Campo de trânsito* (2007).

4. Cicatrizes, ruínas e exílios em tempos de transição - *Campo de trânsito*

Campo de trânsito representa, no meu entender, o romance mais árido de JPBC, pois nele se retece uma personalidade literariamente kafkiana. Assim, permanece, neste novo projecto narrativo, um sabor amargo a cicatrizes, ruínas, desterrados e exílios, quer territorial, quer identitariamente. No final da nossa conversa-entrevista questiono João Paulo Borges Coelho:

Vamos dar um salto para o ‘Campo de Trânsito’. Sinto que estou na presença de um sonho não cumprido, [...], porque o ‘Campo de Trânsito’ parece-me o Niassa, um campo de re-educação, o pós-independência? Quer dizer, havia, por um lado, a necessidade de uma submissão colectiva, mas também, havia uma ignorância em se estar a perceber o que é que se passa, que aparece logo nas primeiras falas do teu personagem Mungau.⁵

A resposta de JPBC é visivelmente lúcida quanto à sua vontade de imparcialidade política e ideológica, ao referir que

não me interessa estabelecer um diálogo de base política, ou acusando o poder [...]. Eu quero, talvez, numa posição filosófica, ver ‘o que é que nós criamos aqui dentro?’; ‘o que é que nós pensávamos fazer?’; ‘o que é que nós fizemos?’ (KHAN, 2007, p. 6)

⁵ Transcrição das palavras da autora do presente artigo (KAHN, 2007, p. 6).

Estas são, na realidade, respostas que Mungau, personagem principal do romance, procura subjectivamente responder, ao longo da diegese, questionando-se da sua captura em sua casa, do porquê desse rapto e dessa forçada desterritorialização do seu espaço citadino, ao formular para si próprio, no decurso das primeiras páginas, a seguinte interrogação: “De que será que me acusam?” (2007, p. 14). Repetidamente, a mesma questão emerge nas páginas 15, 18,19 e 20 do romance. O lugar para o qual o personagem é transportado, no entender de JPBC, “é o Niassa e não é o Niassa, são os campos de reeducação. Porque, no fundo, é uma questão que eu volto a dizer que não planiei, mas é esta questão do indivíduo – como é que uma pessoa se afirma individualmente?” (KAHN, 2007, p. 6).

Campo de trânsito, desse modo, ficcionaliza o mundo e a experiência de um campo de reeducação, metonímia de uma nação a construir-se numa bifurcação perigosa e nebulosa para os seus cidadãos. Por um lado, encontramos, atravessando todo o texto, um desejo visceral de defesa da modernidade colectiva, representada por um proselitismo de prisioneiros, guardas e do Director do campo, para os quais a colectividade é uma fronteira humana, ideológica e política, face a todo e qualquer acto de singularidade ou, por outras palavras, de subjectividade que almeje “hostilizar” o espaço sufocante e inóspito do “*campo de trânsito*”. Este ensejo de modernidade colectiva é, simultaneamente, escutada na pele e voz do Professor e do seu prosélito – vulgo prisioneiro 13.2 - deste campo de reeducação. Na realidade, ao menosprezar a posição filosófica do prisioneiro Mungau, segundo o qual “a colectividade é um corpo só, um corpo que resulta da união de várias singularidades” (KAHN, 2007, p. 75, grifos nossos), quer o Professor, quer o prisioneiro vulgo 13.2 estruturam a leitura deste mundo fechado em si, do seguinte modo:

Segue-se uma expulsão de gargalhadas. “A singularidade é uma categoria forçosamente limitada”, diz 13.2. “Portanto, uma união simples de singularidades só poderia resultar numa singularidade que, embora maior, continuaria a ser também ela limitada. Na definição do colega falta um aspecto fundamental, que é o da transformação. Uma colectividade é, isso sim, uma união de singularidades transformadas!”.

“Muito bem, 13.2. *Transformadas!* Boa definição de colectividade”, diz o Professor. “O grave erro em que muitos incorrem é o de manter invariável a singularidade, o de adicionar palavras que não têm um denominador comum”.

Dizendo isto, o Professor estica um pauzinho de giz de cada mão, para concluir: “Está errado, nada há em comum entre o dedo de uma mão e o dedo da outra!”. Depois, estica dois pauzinhos de giz da mesma mão e grita: “Só assim está certo, só assim temos uma colectividade! Dedos da mesma mão, sin-

gularidades tornadas iguais e erguidas a uma só voz!". (COELHO, 2007, p. 76, grifos nossos)⁶

Por outro lado, ganha corpo a luta entre dois paradigmas ontológicos, no qual se espraiam, como inimigos, duas partes. Uma, definida por uma modernidade em que o passado da tradição, da África dos antepassados é relegada para segundo plano e para a qual a construção do presente deve ser encarada de acordo com as necessidades de um projecto meta-político, que é premente criar, como assevera o Professor deste campo de reeducação, "singularidades tornadas iguais e erguidas a uma só voz!" (COELHO, 2007, p. 76). Uma outra parte, sua adversária, para a qual o cumprimento da identidade cultural e nacional deve voltar-se para a revitalização da tradição, a valorização e respeito incontestáveis do passado, do antigamente, venerados pela personagem do Chefe da Aldeia – coordenador de um outro campo de reeducação, o "campo antigo" –, segundo o qual a essência de África, ou, por outras palavras, da sua África subjectiva e existencial passa por um "descascar" do "grande fruto que habitamos, avançando camada a camada, pele a pele, com o fito de chegar ao grande caroço interior, a explicação de todas as coisas" (COELHO, 2007, p. 96). Na sua obstinada vontade de exumar o passado ancião dos grandes chefes, este personagem, o mais madala – que significa o mais velho –, ergue-se contra a modernidade colectiva proposta pelo Director do "campo de trânsito" e, desse modo, aponta toda a sua vigorosa fé para uma busca desenfreada da arqueologia do saber africano, em contraponto à qual as lembranças dos prisioneiros torna-se malévola, inútil. Atentemos à sua peroração sobre a tradição e memória:

"Tens de aprender a distinguir lembrança de tradição, Prisioneiro", diz. "Ambas dependem da memória mas são inteiramente diferentes. Enquanto a lembrança é um exercício individual e rebelde, fútil e pouco produtivo, a tradição é fruto da ordem. Estes prisioneiros chegaram aqui com as suas privadas e desprezíveis lembranças. Acusavam as autoridades de acontecimentos antigos, acontecimentos dispersos que hoje não fazem qualquer sentido. Aos poucos, contudo, vão chegando à tradição, a este sentido supremo que é sabermos todos de onde vimos, esta certeza de virmos todos do mesmo lugar. E sobretudo, esta vontade de fazermos hoje como foi feito antigamente". (COELHO, 2007, p. 102)⁷

Contudo, é este sentido supremo de que nos fala, veementemente, o Chefe da Aldeia do antigo campo de reeducação, que conduz a uma posição crítica de JPBC, relativamente à urgência de uma denúncia à constante necessidade de se procurarem as origens, de pesquisar-se e transformar-se o continente africano numa África-museu, soterrada em ligações genealógicas. Este gesto de denunciar, quer a modernidade colectiva, quer a submissão cega à tradição, vem à superfície da diegese, quando

⁶ Veja-se página 140, onde se descreve a necessidade de sacrificar a singularidade pela colectividade: "O Director [o director do campo de reeducação] sorri amargamente. 'Infelizmente não podíamos fazê-lo sem fragilizar a nossa própria posição, 15.6. Como o saberíamos? Como deve compreender, por vezes é inevitável sacrificar a singularidade para proteger a colectividade'" (COELHO, 2007, p. 140).

⁷ Confronte-se, ainda neste sentido, a página 103.

Mungau, protagonista deste romance, observa que, em nenhum dos dois campos, o colectivo é estruturado ou pensado em função de uma humanidade mais justa e equitativa, pois assevera, no seu solilóquio, que: o tão almejado colectivo não passa afinal de um somatório, já não de singularidades mas de fragmentos dessas mesmas singularidades [...]. murmura com ironia. 'Diria mesmo, decepadas [...]' (COELHO, 2007, p. 203).

No fundo, retornamos às questões postas por João Paulo Borges Coelho, e que volto a reiterar: "o que é que nós criámos aqui dentro?; o que é que nós pensávamos fazer?; o que é que nós fizemos?" (COELHO, 2007, p. 6), às quais Mungau responde ficcionalmente, ao murmurar "singularidades ... decepadas" (COELHO, 2007, p. 203).

5. Conclusão: Os romances de João Paulo Borges Coelho - "Ética, e cidadania"⁸

A respiração da paisagem, dos cheiros, das sombras, dos ciclos e dos personagens nos romances de JPBC deixam resquícios de um ensejo de caminhar, incansavelmente, para dentro deste projecto proposto pelo escritor, através do qual ergue-se soberana uma voz própria que procura escutar o outro-semelhante, não somente encurralado por uma arquitectura meta-histórica, e ontológica, mas, pelo contrário, por uma vontade sã em devolver ao individualismo de cada um a oportunidade de fazer com este a história dos "calados", em que o verbo contemporizar seja sempre conjugado, porque, como confessa João Paulo Borges Coelho, "há que acreditar nos outros, como te dizia, é uma questão ética, é uma questão de cidadania" (COELHO, 2007, p. 7).

Abstract

Postcolonialism of Portuguese expression and language has been approached as an hegemonic element in the thoughts and ideas between the various former Portuguese colonies in Africa. However, we must be careful, when thinking about the post-colonial condition in an epistemological way, to equate, in a contextualized way, the cultural loci, the idiosyncratic aspects, and the historical and social conditions of the object of study. I intend to defy previous hegemony with this present work, proposing instead that there is, undoubtedly, a Mozambican post-colonialism, even if it is expressed in the Portuguese language. My attempt to break boundaries, to compile and analyse narratives, memories and manifestations of negotiating a Mozambican post-coloniality can be captured through the Mozambican author João

⁸ Kahn (2007, p. 7).

*Paulo Borges Coelho, namely through the novels *As visitas do Dr Valdez*, *Crónica da Rua 513.2*, and, more recently, *Campo de trânsito*. Departing from a contextualised reading and analysis, it thus remains for us to reflect on how and what fissures, margins, memories and faces have emerged from a Mozambique that searches for its nation, dreamt up and longed-for by the poet José Craveirinha.*

Keywords: *Memory. Narrative. Postcolonialisms. History and fiction.*

Referências

- COELHO, João Paulo Borges. *As visitas do Dr Valdez*. Lisboa: Caminho, 2004.
- _____. *Campo de trânsito*. Lisboa: Caminho, 2007.
- _____. *Crónica da Rua 513.2*. Lisboa: Caminho, 2006.
- DANTAS, Marta Pragana. O que pode a sociologia da literatura pela literatura?: Ou da separação entre as análises interna e externa. *Revista Electrónica de Ciências Sociais*, João Pessoa, n. 2, p. 1-11, nov. 2000.
- KHAN, Sheila. Entrevista com João Paulo Borges Coelho. *Sines*, Portugal, 19 jul. 2007.
- MEDEIROS, Paulo de. Apontamentos para conceptualizar uma Europa pós-colonial. In: SANCHES, Manuela Ribeiro (Org.). *Portugal não é um país pequeno*. Lisboa: Cotovia, 2006. p. 339-356.
- PIMENTEL, Irene. A memória pública da ditadura e da repressão. *Le Monde Diplomatique*, Lisboa, n. 4, II série, p. 3, fev. 2007.
- ROSA, António Ramos. *Pátria soberana seguido de Nova ficção*. Vila Nova de Famalicão: Quasi, 2001.
- SOBRAL, José. Os sem-História: memória social, histórica e cidadania. *Le Monde Diplomatique*, Lisboa, n. 4, II série, p.1-2, fev. 2007.
- SOUSA JÚNIOR, José Luiz F. de. O narrador, a literatura, e a História: questões críticas. In: BOËCHAT, Maria Cecília Bruzzi; OLIVEIRA, Paulo Motta; OLIVEIRA, Silvana Pessoa (Org.). *Romance histórico: recorrências e transformações*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2000. p. 27-44.
- VASCONCELOS, José Carlos de. Nélide Piñon: a paixão do romance. *Jornal de Letras, Artes e Ideias*, Lisboa, ano 25, n. 915, p. 16-18, out./ nov. 2005.